

Confronto

Planalto convoca governadores para pressionar bancadas

Da Sucursal de Brasília

Dez governadores foram convocados ontem ao Palácio do Planalto para apoiar a posição do governo a favor do presidencialismo e dos cinco anos para o presidente Sarney. O governador do Ceará, Tasso Jereissati, cuja bancada será decisiva na votação de hoje sobre o sistema de governo, disse que diante do malogro do acordo entre o governo e o Congresso constituinte prefere o presidencialismo.

Os governadores passaram a tarde e a noite de ontem pressionando suas respectivas bancadas a aderirem à posição do governo, evitando a vitória do parlamentarismo na votação de hoje. A ofensiva, segundo os parlamentaristas, teve sucesso até ontem junto ao PMDB do Pará (governador Hélio Gueiros), do Ceará e, parcialmente, de Minas Gerais (governador Newton Cardoso).

Ao mesmo tempo, uma contra-ofensiva também se desenvolveu em Brasília, com os governadores de Goiás, Henrique Santillo, e do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, reforçando junto às suas bancadas a tese do parlamentarismo com cinco anos para Sarney como fórmula para um acordo no Congresso constituinte. Simon e Santillo não foram ao Palácio ontem.

A grande ausência foi o governador de São Paulo, Orestes Quércia. Sua presença era esperada em Brasília desde a sexta-feira, mas seus assessores não sabiam dizer se ele virá ou não para assistir a votação sobre o sistema de governo. Quércia é presidencialista e a bancada do PMDB paulista está dividida em dois nesta questão. Até a semana passada o placar era de 16 presidencialistas contra 14 parlamentaristas.

O governador do Paraná, Alvaro Dias, saiu da audiência no Palácio do Planalto afirmando que o presidente Sarney fez a ele "um apelo à unidade, tendo em vista o dia seguinte". Aproveitou para criticar o parlamentarismo: "O país ainda não alcançou os pressupostos básicos para a adoção deste sistema" — e citou como exemplo a rejeição do voto distrital pela Constituinte, na semana passada.

Dias classificou o parlamentarismo como "casuismo" e defendeu "um mínimo de coesão para a superação das dificuldades". Já o governador do Amazonas, Amazonino Mendes, considerou "legítima e natural" a decisão dos governadores de irem a Brasília para defender o presidencialismo. "Cruzar os braços e se omitir é que não seria natural", disse.

O governador da Paraíba, Tarcísio Burri, defendeu um plebiscito, caso seja aprovado o parlamentarismo e repetiu que "não há como" a Constituinte aprovar esse sistema de governo. O governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, falou com

Sarney mas não deu entrevista no Palácio. Passou a tarde trancado no escritório do governo de Minas em Brasília, recebendo deputados do PMDB mineiro. À noite, continuou a pressão no apartamento 706 do Hotel Nacional.

Tasso hesita

A posição de Tasso Jereissati e dos 14 constituintes do PMDB do Ceará é considerada decisiva. Pode ser o fiel da balança da votação de hoje. Até a semana passada, a perspectiva de um acordo em torno da fórmula parlamentarismo com cinco anos para Sarney havia recebido a aprovação praticamente unânime da bancada do PMDB cearense. A partir de sábado, quando o governo rejeitou um acordo nestes termos, a situação mudou.

"Voto presidencialista, a maioria da bancada é presidencialista", disse ontem o deputado Expedito Machado, coordenador da bancada do PMDB cearense. Até a semana passada, Machado era um dos convertidos ao parlamentarismo, depois de ter insistido no presidencialismo em todas as fases do Congresso constituinte.

O governador Tasso Jereissati chegou às 18h a Brasília repleto de hesitações a respeito da votação de hoje. Disse que aceitaria o parlamentarismo "se houvesse um grande entendimento". Mas diante do fracasso dessa tentativa de acordo, reafirmou sua opção presidencialista. "Se não tiver acordo eu prefiro o presidencialismo, sou presidencialista". Negou-se a dizer se tinha um encontro marcado com Sarney. Mas, segundo pela Folha, saiu do Aeroporto e foi direto para o Palácio do Planalto.

Estiveram com Sarney no Palácio os governadores Jorge Nova da Costa (Amapá), Geraldo Mello (Rio Grande do Norte), Newton Cardoso (Minas Gerais), Epitácio Cafeteira (Maranhão), Antônio Carlos Valadares (Sergipe), o único governador do PFL, Amazonino Mendes (Amazonas), Tarcísio Buriti (Paraíba), Tasso Jereissati (Ceará), José Aparecido (Distrito Federal) e Fernando César Mesquita (Fernando de Noronha, embora o território não tenha representação no Congresso constituinte).

A ofensiva dos governadores golpeou o entusiasmo com que os parlamentaristas encaravam, até o fim-de-semana, a votação de hoje. Estes passaram a trabalhar com a possibilidade de os constituintes, sob pressão, preferirem se abster na votação para evitar a aprovação da emenda presidencialista. Segundo o senador parlamentarista José Fogaca (PMDB-RS), pelo menos 60 parlamentaristas irão se abster hoje, o que poderá adiar a decisão sobre o sistema de governo para amanhã.

(Alexandre Polesi e Wilson Silveira)



O governador de São Paulo, Orestes Quércia



Tasso Jereissati, governador do Ceará



Alvaro Dias, governador do Paraná

Quércia pede voto presidencialista à bancada

Da Reportagem Local, das Sucursais e dos Correspondentes

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, pediu aos deputados federais do PMDB paulista que votem no presidencialismo.

O próprio governador se encarregou de confirmar a informação quando viu o repórter da Folha na porta de seu gabinete. Quércia disse também que não acredita na realização de um acordo em torno do sistema de governo. Ele repetiu que não irá tomar posição em relação ao mandato do presidente Sarney.

Apesar de continuar favorável a adoção de um regime presidencialista com quatro anos, o governador do Rio, Moreira Franco, disse ontem, segundo afirmou sua assessoria de Comunicação Social, que "a hora é

de transigência e que é preciso evitar o impasse e o 'buraco negro' na votação do sistema de governo". Moreira poderá viajar hoje para Brasília para acompanhar as votações.

O governador da Bahia, Waldir Pires, disse ontem, antes de embarcar às 19h para Brasília, que o parlamentarismo "é a forma que pode ajudar o Brasil". Waldir manteria uma reunião ainda ontem, com os senadores José Richa, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso.

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon (PMDB), parlamentarista, cancelou a viagem que faria hoje a Brasília. A bancada do PMDB gaúcho no Congresso constituinte, porém, não deverá frustrar as expectativas de Simon. Dos 19 constituintes apenas dois preferem o

presidencialismo, segundo estimativa feita ontem pelo líder da bancada do PMDB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, deputado Germano Rigotto.

O governador de Sergipe, Antônio Carlos Valadares, único eleito pelo PFL, afirmou que todos os constituintes sergipanos de seu partido seguirão sua orientação e deverão votar no parlamentarismo com implantação somente após o final do governo Sarney.

Em Alagoas, o governador Fernando Collor de Mello disse que continua torcendo para que a Constituinte aprove os quatro anos de mandato para o presidente Sarney, conservando o presidencialismo. Collor afirmou, porém, que não está fazendo pressões junto aos constituintes de seu Estado.

O governador do Espírito Santo,

Max Mauro, parlamentarista, não vai viajar a Brasília, para acompanhar a votação do sistema de governo, nem quis comentar a possibilidade de orientar a bancada do Estado na votação em plenário.

O governador de Goiás, Henrique Santillo, ainda não conseguiu unir a sua bancada federal em torno da questão do sistema de governo. Seis constituintes defendem o presidencialismo, ao contrário do governador que é pelo parlamentarismo a partir do próximo ano.

Embora também esteja com viagem marcada para Brasília, o governador catarinense, Pedro Ivo Campos, presidencialista e cincoanista, negou ontem que o motivo seja participar das negociações em torno do sistema de governo ou para encontrar-se com Ulysses Guimarães.

Fiesp defende presidencialismo, diz Amato

Da Reportagem Local



Mario Amato, presidente da Fiesp

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, afirmou ontem que a posição defendida pela entidade é "muito mais presidencialista que cincoanista. Acho perigoso mudar de regime numa época difícil como a que atravessamos".

A queda verificada na última semana nos níveis dos indicadores econômicos, segundo Amato, reforçou a ideia de que "a hora não é para mudanças abruptas. O que o país necessita é estabelecer regras claras em todos os campos e só depois partir para modificações como o parlamentarismo".

Amato teme também que a adoção

do parlamentarismo possa "enfraquecer São Paulo". Ele entende que, numa eleição presidencial, a força numérica do eleitorado do Estado tem condições de garantir a vitória de um paulista, e que no regime parlamentarista haveria a diluição política da representatividade do Estado. A mesma argumentação vem sendo desenvolvida pelo governador Orestes Quércia. "Se o Quércia concorda é ótimo. Mas não discuti esse assunto com ele", declarou Amato. "Além disso, acredito que a população quer votar é para presidente".

Embora não considere a questão "tão importante" como o sistema de governo, o presidente da Fiesp acha

que o ideal hoje é que o mandato do presidente Sarney seja de cinco anos, "para que o governo tenha tempo e condições de aplicar um plano emergencial".

De acordo com Amato, as últimas posições assumidas pelos dirigentes da Fiesp refletem o pensamento da maioria do empresariado paulista. Sobre as críticas de Bruno Nardini — coordenador do Grupo 14 da entidade — e outros industriais que disseram que as bases não foram ouvidas antes que houvesse uma manifestação pública a respeito de temas políticos, Amato afirmou que "acabo de participar de uma reunião da nossa Diretoria Executiva e ninguém reclamou de nada".

Planalto tenta unificar sua "linguagem"

Do enviado especial a Brasília

O governo José Sarney, que, na semana passada falava duas línguas diferentes (a da negociação e a do endurecimento), conseguiu ontem unificar claramente sua posição: em almoço com oito constituintes, no Ministério da Saúde, os ministros Borges da Silveira, o anfitrião, e Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente) defenderam ambos o presidencialismo com cinco anos de mandato para Sarney.

Foi a maneira simbólica escolhida para demonstrar que não havia mais, no governo, ministros dispostos a aceitar o parlamentarismo e até a trabalhar por ele, desde que preservados os cinco anos para Sarney. Na semana passada, Borges da Silveira tomara a iniciativa de chamar integrantes do "Centro Democrático", o grupo que fica à direita no amplo espectro do PMDB, para defender a tese do parlamentarismo com cinco anos.

Pelo menos no almoço, a iniciativa de unificar a linguagem do governo não produziu maiores efeitos: fez-se uma votação, entre os oito constituintes presentes, e deu empate na questão do sistema de governo (quatro presidencialistas e quatro parlamentaristas). Para o governo, o empate nesse micro-universo já era uma vitória: um dos que vota-

Unidade do governo permitiu contra-ofensiva

Do enviado especial e da Sucursal de Brasília

O rolo compressor que entrou em movimento ontem, a partir do Palácio do Planalto, com apoio de dez governadores convocados por Sarney, foi o motivo básico do ânimo dos presidencialistas, ontem. Além disso, nas contas do grupo, uma confederação que reúne desde o PT e o PDT até sarneyzistas do PMDB, um outro elemento de última hora era computado na coluna dos prós: a declaração oficial do ministro do Exército, lançada no último sábado, negando sua adesão ao parlamentarismo.

Depois de assistirem por mais de

ram presidencialismo foi Expedito Machado, coordenador da bancada do PMDB do Ceará, que, até sexta-feira, admitia votar parlamentarismo, se houvesse um acordo que concedesse cinco anos ao presidente Sarney.

Fechada a via da negociação, Expedito Machado voltou ao presidencialismo e garante ter arrastado com ele quase toda a bancada do

15 dias uma ofensiva contínua dos parlamentaristas, os presidencialistas viram a situação se modificar no fim-de-semana. A cúpula do governo, o núcleo sarneyzista do ministério, se unificou em torno do presidencialismo, o que permitiu a deflagração da contra-ofensiva, ontem, na véspera da votação em plenário.

Esta contra-ofensiva animava de sarneyzistas a petistas em plenário. O deputado Roberto D'Ávila (PDT-RJ), no começo da noite, dizia que "é possível a vitória do presidencialismo", depois de, durante mais de dez dias, ter afirmado sistematicamente que "a situação" não era "boa".

Ceará. O senador Mauro Benevides, também do PMDB-CE e um dos íntimos de Ulysses Guimarães, confirma essa avaliação.

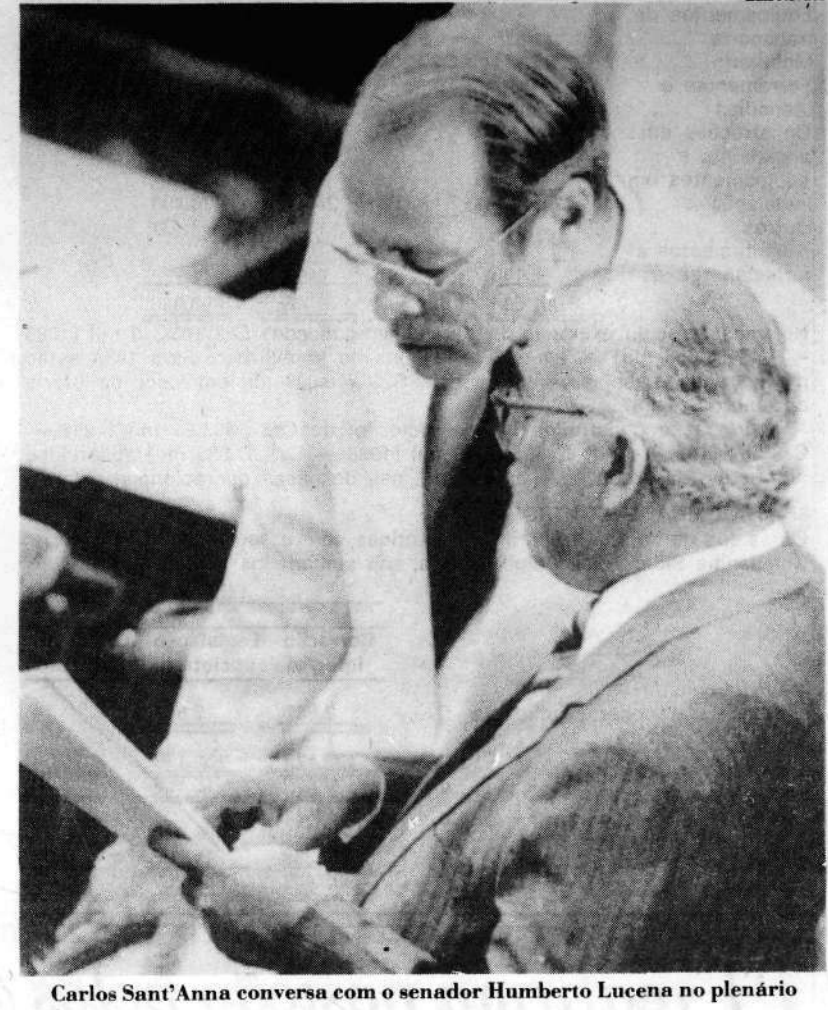
Tentando o estigma

Se o governo conseguiu unificar sua linguagem e reaglutinar suas forças, o mesmo ocorre com os presidencialistas em geral, mesmo aqueles que são frontalmente de

oposição ao presidente Sarney, como é o caso de PT e PDT.

A esquerda peemedebista, Fernando Henrique Cardoso à frente, ainda fez uma tentativa junto ao PT, procurando fazer ver ao partido que votar no presidencialismo era colar-se ao Palácio do Planalto, mas não encontrou receptividade alguma. O PT, como Lula insinuou, desconfia que, por trás da proposta parlamentarista, está um acordo subterrâneo para dar cinco anos para Sarney.

A única voz dissonante, agora, no coro presidencialista, é a do senador Jarbas Passarinho, presidente nacional do PDS. Ele disse ontem à Folha que votará pelo presidencialismo na primeira votação, mas, se verificar que o número de votos contra a emenda presidencialista é superior (mesmo que não atinja a marca mágica dos 280), se inclinará pelo parlamentarismo na hora em que entrar na pauta a proposta Egídio Ferreira Lima (parlamentarista). Essa é, entretanto, uma hipótese remota, pelas contas que faz o próprio Passarinho: "Acho que a emenda presidencialista será aprovada em segunda época", brinca, referindo-se ao fato de que, não obtendo 280 votos hoje, mas também não sendo rejeitada, a emenda presidencialista volta à votação quarta-feira. (CR)



Carlos Sant'Anna conversa com o senador Humberto Lucena no plenário

Acordo esbarra na resistência do grupo "histórico"

Do enviado especial a Brasília

Foi a invencível resistência do grupo dito "histórico" do PMDB, especialmente do senador Mário Covas (SP), líder do partido, que fez ruir o ensaio de negociação entre emissários do governo e o grupo ligado a Ulysses Guimarães, para um acordo que estabelecesse o parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente Sarney.

Esclareça-se que não houve propriamente uma negociação, porque, até onde a Folha pôde apurar, os emissários do governo eram figuras de segunda linha. Mas que houve conversações, houve. Tanto é assim, que, na quinta-feira passada, dois dos mais importantes empresários — o banqueiro Olavo Setúbal e o presidente da Fiesp, Mario Amato — em conversas separadas davam o acordo por fechado.

Do lado de Ulysses, o acordo era conveniente por vários motivos: 1 — A cúpula do PMDB chegou à conclusão de que perde a eleição presidencial, se ela se realizar em 88 e acha que o partido se divide irremedia-



O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), no plenário da Constituinte

velmente se a eleição for jogada para 89. O parlamentarismo seria a maneira menos traumática de evitar a eleição, operando, ao mesmo tempo, uma troca de guarda na administração federal.

2 — Outra conclusão dos "ulyssistas": a vitória do presidencialismo, na votação desta semana, levará à vitória dos cinco anos de mandato para o presidente Sarney, que, vitorioso, dinamizará de vez o

PMDB. O presidente, por essa análise, tratará de recompor as forças governistas pela via de um novo conglomerado cujo eixo seria o Centrão, o agrupamento conservador da Constituinte.

3 — Embora haja divergências a esse respeito, parte da cúpula do PMDB levou a sério as ameaças de retrocesso institucional, caso fossem aprovadas as eleições em 88.

O "ulyssismo" entrou com tudo na hipótese de um "acordão". Do lado do Planalto, entretanto, verificou-se que a resistência dos "históricos" a aceitar um mandato de cinco anos era um obstáculo insuperável. Que garantia poderia ter o Planalto de que, aprovado o parlamentarismo e enfraquecido o governo, em função da derrota na questão do sistema de governo, não seriam aprovados os quatro anos nas disposições transitórias?

Foi exatamente por isso que Ulysses fez nada menos do que quatro tentativas para pelo menos neutralizar Covas. Não conseguiu. Ainda assim, até a hora do almoço de domingo, Ulysses acreditava que o Planalto estava aberto à negociação. Por isso, Ulysses ficou irritado e frustrado quando soube que, enquanto ele conversava com Covas, na quarta tentativa, os íntimos do presidente estavam reunidos no Alvorada, para sepultar de vez qualquer hipótese de entendimento.

Os "ulyssistas" atribuem o malogro do ensaio de negociação à existência de dois grupos no gover-

no: 1 — o de ministros que perdem apenas na hipótese de uma derrota na votação sobre o sistema de governo e o mandato e, por isso, dispõem-se a negociar; e 2 — o de ministros que perdem nos dois casos, de derrota na votação e também na negociação. É o caso de Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), que seria expulso do ministério se implantado o parlamentarismo, porque é inimigo mortal do PMDB.

A irritação de Ulysses com o fracasso da negociação que sequer chegou a começar plenamente aumentou com as afirmações do deputado José Lourenço (PFL-BA), segundo as quais Ulysses estava trabalhando pelo acordo em benefício próprio (seria chefe do governo sem passar por eleições, se implantado o parlamentarismo).

Os parlamentaristas do PMDB até gostaram do ataque: "A agressão a Ulysses provoca uma natural reação de solidariedade a ele e ao Congresso constituinte", diz Covas. Provoca mesmo: "Eu quase sempre voto com o José Lourenço, mas o que ele

disse do dr. Ulysses é uma injustiça flagrante. Dou meu testemunho dessa injustiça", disse ontem à Folha o senador Jarbas Passarinho, presidente nacional do PDS.

O governo percebeu que o ataque de Lourenço fora desastroso. Na manhã de ontem, o presidente José Sarney apressou-se a ligar para Ulysses para dizer-lhe que a opinião de Lourenço era pessoal.

Foi mero gesto de cortesia, mas o suficiente para deixar de pé a hipótese de uma nova tentativa de entendimento depois de votado o sistema de governo. Acontece que essa expectativa só se cristalizará se for aprovado o parlamentarismo, porque, dando presidencialismo, não há mais o que discutir: ou é quatro ou é cinco anos. Já o parlamentarismo, como Ulysses fez questão de lembrar ontem, permite que se discuta a data de sua implantação e a duração do mandato presidencial. "Nesta Casa, já houve acordos feitos na 25ª hora", disse Ulysses ao chegar ao Congresso. A 24ª hora é hoje, na votação do sistema de governo. (CR)